



Aprovada MP que barateia produtos para deficientes

Pedro Franco/Agência Senado



Publicação do Senado em braille é apresentada na 1ª Bienal do Livro, em Brasília: imposto de impressoras de braille e de mais 21 itens tem redução

Senadores acatam iniciativa, que isenta de PIS e Cofins itens como impressoras de braille, mas criticam mudanças incluídas na Câmara

Aprovada sem alterações, MP torna mais acessíveis 22 itens que facilitam o dia a dia dos deficientes, inclusive *mouses* especiais e acessórios para cadeiras de rodas. Mas também trata de assuntos tão diversos quanto a permissão para que supermercados e lojas de conveniência vendam produtos de saúde que dispensam receita médica e a desoneração dos tributos incidentes sobre papel jornal, equipamentos e materiais esportivos e embalagens de bebidas frias. **5**

Comissão acata isenção do IPI para carro elétrico **7**

Senadores questionam aprovação de ICMS único **4**

CCJ acolhe regras de prévias para eleição presidencial **8**

Demóstenes se defende e pede fim de processo **3**

ANA propõe gestão continental de rios

Em debate ontem, o presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Guillo, sugeriu que o Brasil aproveite sua posição

estratégica e boa relação com os vizinhos para propor um plano de gestão integrada de águas para toda a América do Sul. **7**



Presidente da ANA, Guillo (2º à dir.) acompanha debate ao lado dos senadores Sérgio Souza (C) e Vanessa Grazziotin



Vital do Rêgo, presidente, e Odair Cunha, relator: investigação de Cachoeira

CPI começa a funcionar e requer acesso a inquéritos **3**

Ato Médico não prejudica profissões, afirma relator **6**



Roberto Requião, presidente da Comissão de Educação, fala sobre o projeto do Ato Médico, ao lado de representantes de corporações da área da saúde

Gerardo Magela/Agência Senado

Márcia Kalume/Agência Senado

Márcia Kalume/Agência Senado

Deputados apresentaram aos senadores as discussões feitas na Câmara sobre a Lei Geral da Copa; texto, que agora está no Senado, estabelece regras especiais que valerão apenas durante a competição de 2014

Senadores querem votar Lei da Copa com rapidez

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA realizada ontem, deputados federais explicaram a senadores a trajetória de debates, negociações e votações da Lei Geral da Copa (PLC 10/12) na Câmara dos Deputados. A audiência ocorreu na Subcomissão Temporária da Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

A presidente da subcomissão, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), elogiou o texto aprovado na Câmara e sugeriu que o Senado confirme o acordo fechado pelos deputados e aprove o projeto com rapidez.

Participaram da reunião os deputados Renan Filho (PMDB-AL) e Vicente Cândido (PT-SP) e o vice-presidente da subcomissão, senador Zeze Perrella (PDT-MG).

Renan Filho foi presidente da comissão especial criada na Câmara para analisar a Lei Geral da Copa. O texto final aprovado naquela Casa e enviado ao Senado foi organizado por Vicente Cândido, relator na comissão especial.

Temporária

— É uma lei temporária, para um evento internacional que necessita de condições especiais para acontecer. A Copa alavancará o turismo internacional no Brasil. Uma Copa proporciona um sentimento de unidade nacional que acontece em raros momentos — afirmou Lídice.

Renan Filho informou que a comissão promoveu vários debates, audiências públicas e negociações sobre o texto

Ângela diz que nova usina dará autonomia energética a Roraima

Ângela Portela (PT-RR) anunciou que o início da construção da Usina Hidrelétrica de Bem-Querer, a 120 quilômetros de Boa Vista, poderá ser antecipado. A comunicação, segundo ela, foi feita pelas autoridades do PAC.

— Queremos autonomia energética, e isso passa pelo compromisso da presidenta Dilma de buscar o desenvolvimento das regiões mais distantes do Norte e, especialmente, do nosso estado de Roraima.

Ângela explicou que o estado depende da energia venezuelana. A antecipação de 2014 para 2013 diz respeito ao leilão de concessão da usina.



Vicente Cândido, Lídice da Mata e Renan Filho: Lei Geral da Copa está no Senado

inicial feito pelo Executivo.

Afirmou também que os deputados aprovaram um texto que garante respeito integral ao Estatuto do Idoso, ao Código de Defesa do Consumidor e ao Estatuto da Juventude.

E elogiou as negociações com a Fifa que garantiram ingressos a preços populares para idosos, estudantes e pessoas de baixa renda, além de um percentual de ingressos gratuitos para pessoas com deficiência, indígenas e trabalhadores que participarem da construção dos estádios.

O deputado Vicente Cândido informou que os temas que mais ocuparam os debates na Câmara foram a venda ou não de bebidas nos estádios (que é proibido no Brasil pelo Estatuto do Torcedor), os ingressos a preços populares ou gratuitos, as responsabilidades civis da União durante o evento e o uso de marcas privadas.

Ele lembrou que, após negociações com entidades representativas e com a Fifa, ficaram garantidos pelo menos 300 mil

ingressos a preços populares ou meia entrada.

Indígenas

Também serão garantidos, de acordo com o deputado, ingressos e transporte gratuitos para indígenas e pessoas com deficiência.

Ele acrescentou que os 20 mil trabalhadores e operários que participam da construção dos estádios onde se darão os jogos terão direito a assistir a pelo menos uma partida da Copa com ingresso e transporte gratuitos.

O relator da Lei Geral da Copa na Câmara disse que a Constituição permite aos legisladores editar uma lei para um evento específico e por tempo determinado mesmo que alguns pontos de outras leis tenham de ser suspensos temporariamente.

Por isso, os parlamentares que participaram da audiência pública rejeitaram a hipótese de que a liberação da venda de bebidas em jogos da Copa fere a soberania nacional.

Eunício elogia ações do governo para combater a seca no Nordeste

Eunício Oliveira (PMDB-CE) elogiou o pacote de ações para amenizar os prejuízos da seca que atinge o Nordeste e parte de Minas Gerais. O programa foi anunciado pela presidente Dilma Rousseff em encontro com governadores da região, em Aracaju.

Um total de R\$ 2,7 bilhões serão repassados nos próximos seis meses aos 1.100 municípios que sofrem com a estiagem.

Eunício destacou a criação do Bolsa Estiagem, que terá R\$ 200 milhões, e o Seguro-Safra, para o qual foram destinados R\$ 500 milhões.

Rolleberg pede à Câmara que não mude texto do Código Florestal

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) pediu aos deputados federais, que analisam o projeto do novo Código Florestal, que sejam cuidadosos. O projeto saiu do Senado no fim do ano passado.

— Que o façam com serenidade, não apenas olhando seus interesses imediatos, mas sim olhando para as futuras gerações, para que o Brasil continue sendo um grande produtor de alimentos e energia, sem abrir mão de ser potência ambiental.

Ele se disse preocupado com mudanças propostas na Câmara. Para ele, trazem retrocessos.

— É importante manter o texto aprovado no Senado.

Senado facilita identificação das mudanças que projetos farão nas leis

A Secretaria-Geral da Mesa do Senado iniciou a publicação de quadros comparativos dos principais projetos que tramitam na Casa.

A ideia é facilitar a identificação do que o projeto pretende mudar na lei. Os quadros trazem colunas com a proposta de alteração ao lado do trecho original.

De acordo com a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, praticamente todas as matérias terão a comparação, que ficará acessível no endereço

www.senado.gov.br/atividade. Após localizar a matéria, clique na aba “textos”, onde está a *link* para os quadros.

Até ontem, 626 matérias já tinham o quadro, entre elas as medidas provisórias (MPs), projetos de decreto legislativo (PDSs), propostas de emenda à Constituição (PECs), projetos de lei do Senado (PLSs), da Câmara (PLCs), de conversão (PLVs), de resolução do Senado (PRSs) e substitutivos da Câmara a projetos do Senado (SCDs).

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Duas MPs na pauta

14h Trancam a pauta o PLV 9/12 (MP 552/11), que reduz a zero contribuições incidentes sobre a importação, e a MP 553/11, que destina recursos para três ministérios.

CRA: Cana-de-açúcar na Amazônia Legal

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza audiência para instruir o exame do projeto de lei do Senado (PLS 626/11) que trata do cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal. Foram convidados, entre outros, Roberto Vizentin, do Ministério do Meio Ambiente.

CAS: Presidente do TST

9h A Comissão de Assuntos Sociais promove audiência pública com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen, entre outros, sobre o projeto de lei que disciplina o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais.

CDH: Debate com o ministro Alexandre Padilha

9h O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, participa de debate na Comissão de Direitos Humanos a respeito da consulta do Ministério da Previdência Social sobre o tempo estimado para recuperação de capacidade funcional baseado em evidências.

CI: Malha ferroviária

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura debate cronograma de audiências públicas sobre a situação da malha ferroviária brasileira.

CPI DA MULHER: Debate com a ministra Eleonora Menicucci

9h A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a violência contra as mulheres avalia o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres com a ministra Eleonora Menicucci (Políticas para as Mulheres) e gestoras estaduais.

CPI DO ECAD: Votação do relatório final

9h Votação do relatório final da comissão parlamentar de inquérito criada para investigar irregularidades praticadas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

CMA: Novo Código Florestal

10h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle participa de audiência pública promovida pela Câmara dos Deputados sobre os impactos da aplicação do novo Código Florestal.

CRE: Debate com o ministro Celso Amorim

10h Audiência com o ministro da Defesa, Celso Amorim, para debater a situação das Forças Armadas nos cenários atual e futuro. Após a audiência, a comissão ouve Christian Bernard, diretor-presidente internacional da Ordem Rosacruz, sobre a Conferência do Clima Rio+20.

CONSELHO DE ÉTICA: Caso Demóstenes

10h Membros do conselho discutem a representação contra o senador Demóstenes Torres.

RIO+20: Audiência pública sobre índices de progresso

18h As subcomissões da CRE e da CMA que acompanham a organização da Conferência do Clima Rio+20 promovem audiência sobre Índice de Desenvolvimento Humano e outros indicadores com Khalid Malik (Organização das Nações Unidas), Mauro Motoryn (Movimento Mais Feliz) e os professores da Fundação Getúlio Vargas Wesley Silva e Fabio Garcia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senador Vital do Rêgo é eleito presidente da comissão mista que vai investigar o caso Carlinhos Cachoeira e designa o deputado Odair Cunha para relatar os trabalhos

CPI é instalada e pede acesso a inquéritos

O SENADOR VITAL do Rêgo (PMDB-PB) assumiu ontem a presidência da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que vai apurar o envolvimento de parlamentares, autoridades e empresas públicas e privadas com práticas criminosas desvendadas pelas operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal (PF).

A CPI, que terá 180 dias, prorrogáveis pelo mesmo período, para concluir os trabalhos, terá como relator o deputado Odair Cunha (PT-MG), designado por Vital.

Logo que a comissão foi instalada, os parlamentares aprovaram pedidos ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à Procuradoria-Geral da República (PGR) para ter acesso à íntegra dos inquéritos das operações da PF.

— Toda a investigação tem como ponto de partida justamente esses documentos — assinalou o relator.

Procedimentos

Vital do Rêgo informou que a CPI volta a se reunir na próxima quarta-feira para eleger o vice-presidente. Na ocasião, o relator apresentará plano de trabalho, com sugestões dos parlamentares.

O deputado Fernando Francischini (PSDB-PR) alertou para a urgência de ouvir o depoimento de Carlinhos Cachoeira, preso pela Polícia Federal por exploração de jogos ilegais, corrupção e tráfico de influência. Para ele, a oitiva deve ocorrer enquanto o infrator ainda está preso.



Odair Cunha é indicado relator pelo presidente da CPI, Vital do Rêgo (D): parlamentares requerem a íntegra das investigações

— Se ouvirmos Cachoeira quando já estiver solto, combinando com seus cúmplices os depoimentos, vamos passar vergonha — disse.

Fernando Collor (PTB-AL) sugeriu a oitiva do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e dos delegados que presidiram os inquéritos.

Collor disse que buscará evitar que a agenda da CPI seja “pautada pelos meios e alguns de seus rabiscadores” e que “informantes com métodos rasteiros, visando furos de reportagem e lucro, sejam protegidos por sigilo da fonte”.

A adoção de sub-relatorias foi alvo de debates. Para o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), seria uma forma de facilitar o trabalho do relator, mas o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) disse temer que elas possam esvaziar o papel do relator e desorganizar os trabalhos. Vital do Rêgo e Odair Cunha também disseram ser contra a ideia, a princípio.

Delta apresenta documentos à comissão

O novo presidente da construtora Delta, Carlos Alberto Verdini, entregou ontem uma série de documentos à CPI. A Delta, sexta maior empreiteira do país, é uma das principais empresas envolvidas nas denúncias de irregularidades do grupo comandado pelo contraventor Carlinhos Cachoeira. Ontem, nova ação da Polícia Federal prendeu o ex-diretor da empresa Cláudio Abreu.

A empresa informou em comunicado o afastamento de diretores citados em conversas gravadas pela PF, e o proprietário da Delta, Fernando Cavendish, se afastou do Conselho de Administração. A empresa classificou os episódios como “lamentáveis”.

Composição da CPI mista

SENADORES	Titulares	Suplentes
Bloco de apoio ao governo (PT, PDT, PSB, PCdoB e PRB)	<ul style="list-style-type: none"> ■ José Pimentel (PT-CE) ■ Humberto Costa (PT-PE) ■ Lídice da Mata (PSB-BA) ■ Pedro Taques (PDT-MT) ■ Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Wellington Dias (PT-PI) ■ Jorge Viana (PT-AC) ■ Walter Pinheiro (PT-BA) ■ Delcídio do Amaral (PT-MS) ■ Acir Gurgacz (PDT-RO)
Bloco parlamentar da Maioria (PV, PMDB e PP)	<ul style="list-style-type: none"> ■ Vital do Rêgo (PMDB-PB) ■ Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ■ Sérgio Souza (PMDB-PR) ■ Ciro Nogueira (PP-PI) ■ Paulo Davim (PV-RN) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Benedito de Lira (PP-AL)
Bloco parlamentar da Minoria (PSDB e DEM)	<ul style="list-style-type: none"> ■ Jayme Campos (DEM-MT) ■ Alvaro Dias (PSDB-PR) ■ Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ■ Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ■ Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco parlamentar União e Força (PTB, PSC e PR)	<ul style="list-style-type: none"> ■ Fernando Collor (PTB-AL) ■ Vicentinho Alves (PR-TO) 	
PSD	<ul style="list-style-type: none"> ■ Kátia Abreu (TO) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Sérgio Petecão (AC)
DEPUTADOS	Titulares	Suplentes
PT	<ul style="list-style-type: none"> ■ Cândido Vaccarezza (SP) ■ Odair Cunha (MG) ■ Paulo Teixeira (SP) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Dr. Rosinha (PR) ■ Luiz Sérgio (RJ) ■ Sibá Machado (AC)
PMDB	<ul style="list-style-type: none"> ■ Íris de Araújo (GO) ■ Luiz Pitiman (DF) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Edio Lopes (RR) ■ João Magalhães (MG)
PSDB	<ul style="list-style-type: none"> ■ Carlos Sampaio (SP) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Domingos Sávio (MG)
PP	<ul style="list-style-type: none"> ■ Gladson Cameli (PP-AC) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Iracema Portella (PP-PI)
DEM	<ul style="list-style-type: none"> ■ Onyx Lorenzoni (RS) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Mendonça Prado (SE)
PR	<ul style="list-style-type: none"> ■ Maurício Quintella Lessa (AL) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ronaldo Fonseca (DF)
PSB	<ul style="list-style-type: none"> ■ Paulo Foletto (ES) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Glauber Braga (RJ)
PDT	<ul style="list-style-type: none"> ■ Miro Teixeira (RJ) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Vieira da Cunha (RS)
Bloco PV/PPS	<ul style="list-style-type: none"> ■ Rubens Bueno (PPS-PR) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Sarney Filho (PV-MA)
PTB	<ul style="list-style-type: none"> ■ Silvio Costa (PE) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Arnaldo Faria de Sá (SP)
PSC	<ul style="list-style-type: none"> ■ Filipe Pereira (RJ) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Hugo Leal (RJ)
PCdoB	<ul style="list-style-type: none"> ■ Delegado Protógenes (SP) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Osmar Júnior (PI)

Conselho de Ética recebe defesa de Demóstenes

O Conselho de Ética do Senado recebeu no início da noite de ontem a defesa escrita de Demóstenes Torres (sem partido-GO). O texto foi entregue pelo advogado do senador, Antônio Carlos de Almeida Castro.

No documento, de 61 páginas, o advogado rebate as acusações feitas na representação do PSOL: o recebimento de uma cozinha importada no valor de US\$ 27 mil, como presente de casamento; o uso de um rádio Nextel habilitado no exterior por Carlinhos Cachoeira; a participação de 30% na renda do jogo ilegal; a cobrança de R\$ 3 mil para pagamento de táxi-aéreo; e o repasse de informações privilegiadas ao contraventor.

Castro pede arquivamento do processo até que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida sobre a validade das



Demóstenes (C), em sua última aparição no Plenário do Senado em 18 de abril

provas obtidas por meio de escutas telefônicas pela Polícia Federal. A defesa também quer que o Conselho de Ética aguarde as conclusões da CPI.

O advogado questiona diversos pontos no processo, como interpretações sobre as falas do senador nas gravações e suspeitas sobre a fidelidade técnica das conversas divulgadas pela imprensa.

— Há jurisprudência do STF dizendo que não se pode

abrir processo com base apenas em matérias de jornal.

Ele confirmou que o relacionamento do senador com Carlinhos Cachoeira “é próximo e as famílias são próximas”, mas negou que o mandato de Demóstenes tenha beneficiado o contraventor. Para Castro, a análise no Senado é política.

O relator do processo, Humberto Costa (PT-PE), tem agora cinco dias úteis

para apresentar o relatório preliminar, indicando se há ou não indício de quebra de decoro parlamentar. Ele acredita que o relatório poderá ser votado entre 8 e 10 de maio. A votação ocorre em processo nominal e aberto.

Código de Ética

Na única vez que se pronunciou no conselho, no dia 12 de abril, Demóstenes se declarou inocente. Prometeu então que, além das alegações escritas, faria uma sustentação oral no colegiado. O processo também permite que o senador apresente documentos ou testemunhos para comprovar inocência.

Os trabalhos do conselho, que tem reunião marcada para hoje às 10h, são regidos pela resolução que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

Collor quer evitar “tribunal de exceção”

Sobre sua atuação na CPI, Fernando Collor (PTB-AL) declarou que ela estará dedicada a garantir a independência e a harmonia dos Poderes e a impedir interferências nos trabalhos do Congresso.

— É preciso não deixar que o colegiado torne-se um tribunal de exceção ou uma instância fadada a servir de mero palco para a vileza política e um campo fértil de desrespeito aos direitos constitucionais dos homens públicos e de qualquer cidadão — declarou.

O senador também defendeu rigor na garantia de ampla defesa, do contraditório e do acesso aos autos de quem tiver direito.



Segundo Cyro Miranda, senadores de estados importadores devem entrar no STF com ação de inconstitucionalidade contra projeto que unificou as alíquotas de ICMS sobre importados

ICMS único de importados deve ser contestado no STF

SENADORES DE ESTADOS importadores devem entrar com ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o projeto que unificou as alíquotas de ICMS sobre produtos importados nas operações interestaduais. A informação é do senador Cyro Miranda (PSDB-GO), que ontem explicou que a matéria deveria ter sido regulada por projeto de lei e não por projeto de resolução, como aconteceu. A ação deve ser levada ao STF na semana que vem, após o feriado de 1º de maio.

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/10, de Romero Jucá (PMDB-RR), foi aprovado pelo Plenário na terça-feira, na forma de um texto substitutivo do líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM).

A unificação das alíquotas em 4% (*veja quadro*) foi comemorada pelo governo como o fim da chamada guerra dos portos entre estados e como proteção à indústria nacional, pressionada pelo aumento das importações.

A medida, que valerá a partir de janeiro de 2013, tem como maiores opositores os estados de Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina, que hoje concedem subsídios no ICMS dos importados para aumentar o movimento de seus portos. — A resolução vai voltar a sufocar o Porto de Santos — afirmou Cyro Miranda, enfatizando que o projeto acaba com os atrativos oferecidos pelos três estados.

O senador disse que a ação no STF foi a alternativa que

Guerra de portos e impostos

COMO É HOJE

Em geral, a alíquota de ICMS sobre bens é de:

- **12% na origem** (estado onde são produzidos ou importados)
- **6% no destino** (estado onde são vendidos)

Para aumentar o movimento de seus portos, alguns estados concedem subsídios aos importados, reduzindo o ICMS na origem para 3%. Com isso, os importados ganham uma vantagem competitiva sobre os produtos nacionais, que, em teoria, continuam pagando 12% na origem e 6% no destino.

COMO VAI SER

A partir de janeiro de 2013, haverá uma alíquota única de:

- **4% no estado de origem** para produtos importados que se destinam à venda a outros estados.

A medida acaba com a **guerra dos portos** entre os estados. Mas não encerra a **guerra fiscal** que se dá sobre produtos nacionais, que hoje já contam com abatimentos de ICMS, definidos por cada estado.



Fonte: assessoria técnica do senador Eduardo Braga

restou aos estados prejudicados, diante das compensações que teriam sido oferecidas até agora pelo governo.

Segundo a assessoria técnica do senador Eduardo Braga, estão em exame no Ministério da Fazenda linhas de financiamento com juros mais baixos, que seriam destinadas aos estados importadores para manterem seus investimentos em setores como infraestrutura, saúde e educação.

— São medidas que não compensam. Não se indeniza o emprego [que será perdido pelo desmonte das estruturas de importação] — exemplificou o senador por Goiás.

Ele também ressaltou que “linha de crédito do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] não é compensação porque o governo do estado tem de pagar”.

Cyro lembrou que a tese da inconstitucionalidade foi levada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) durante

a tramitação do projeto.

— Mas fomos atropelados pela bancada do governo.

Pacto federativo

Eduardo Braga ressaltou, mais uma vez, a contribuição da medida para proteger a indústria nacional e para o equilíbrio do pacto federativo. Nesse sentido, também destacou a importância do projeto sobre o ICMS do comércio eletrônico (*veja matéria ao lado*) e da negociação das dívidas dos estados.

— Depois de mais de dois anos de tramitação [do PRS 72/10], em dois meses de liderança conseguimos votar com excepcional resultado — disse o senador, referindo-se a seu período como líder do governo. Ele preferiu não comentar eventuais compensações aos estados importadores.

Como a definição de alíquotas do ICMS é prerrogativa do Senado, o projeto não passará pela Câmara nem pela Presidência da República.

Renan apresenta nova proposta para ICMS do comércio eletrônico

Relator de três propostas de emendas à Constituição relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do comércio eletrônico, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou ontem substitutivo da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A votação será na próxima quarta-feira.

Hoje o consumidor de um estado que adquire um produto pela internet em outro estado paga o ICMS na origem da mercadoria. A proposta do relator é sujeitar essas operações, em que o cliente não é inscrito no ICMS, ao mesmo tratamento dado às vendas que se realizam entre empresas de estados diferentes.

Quando a operação ocorre entre pessoas jurídicas com inscrição no ICMS, aplicam-se duas alíquotas: a interestadual — paga à secretaria de Fazenda da unidade federativa de origem — e a alíquota final, que cabe ao estado para onde a mercadoria se destina.

O substitutivo deixa claro que caberá ao estado do destinatário da mercadoria o imposto correspondente à diferença entre a alíquota

interna e a interestadual.

Conforme o relator, a mudança contribui para o equilíbrio entre as unidades federativas e terá grande impacto econômico. Estima-se que o comércio eletrônico tenha movimentado R\$ 18,7 bilhões no ano passado.

Duas das propostas de emenda à Constituição — PECs 56 e 113, de 2011, respectivamente de Luiz Henrique (PMDB-SC) e Lobão Filho (PMDB-MA) — já previam a aplicação das alíquotas interestaduais no faturamento direto ao consumidor. A diferença entre elas decorre da abrangência: enquanto a 56 trata especificamente de comércio eletrônico, a 113 refere-se ao comércio interestadual.

Renan juntou um pouco das duas propostas, abrangendo o comércio eletrônico e o comércio feito de forma não presencial.

A PEC 103/11, do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), atribui a uma futura resolução do Senado a definição das alíquotas. Delcídio quer que o estado destinatário da mercadoria fique com 70% do ICMS arrecadado nas operações não presenciais.



Renan Calheiros (D), relator das PECs, ao lado de Romero Jucá e Lobão Filho

Para especialistas, parte do lucro do FGTS deve ir para trabalhadores

Propostas que elevam a remuneração das contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), como a adoção de um índice de correção mais atraente que a taxa referencial (TR) e a distribuição de parte do lucro aos trabalhadores, dominaram o debate na reunião de ontem da Subcomissão Temporária do FGTS, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Os especialistas se mostraram preocupados com o desvio das funções originais do FGTS. Para eles, deveria manter-se o foco no financiamento de habitação e saneamento.

Roberto Mamoru Fujimoto, analista do Banco Central, mostrou a evolução

exponencial do patrimônio do FGTS nos últimos dez anos, mas assinalou que o crédito imobiliário no Brasil tem uma participação inferior a 5% do PIB — considerada baixa no contexto internacional.

Para Fujimoto, não há certeza sobre como alterar o

indexador das contas do FGTS e se o novo indexador também seria usado nos financiamentos habitacionais.

Considerando que o FGTS apresenta lucro operacional razoável, ele apoiou o projeto de distribuição de parte desse montante, desde que

não comprometa seu fluxo de caixa.

Luigi Nese, representante da Confederação Nacional de Serviços (CNS), lamentou que o trabalhador esteja perdendo os recursos do FGTS, que deveriam ter melhor remuneração. Segundo as estatísticas que

apresentou, a perda de 2007 a 2011 chegou a 5,7%. Ele protestou contra o elevado *spread* da Caixa Econômica Federal.

Nese disse considerar aceitável a proposta de usar o índice da poupança para remunerar o FGTS e reiterou a necessidade de voltar o foco do FGTS a seus objetivos originais.

Antonio Maria Cortizo, da União Geral dos Trabalhadores (UGT), avaliou negativamente o desvirtuamento do FGTS, que, conforme lembrou, tem emprestado recursos ao BNDES para fins não previstos em lei.

A audiência foi presidida por Cyro Miranda (PSDB-GO) e teve a participação de Marta Suplicy (PT-SP), relatora, e de Paulo Paim (PT-RS).



Roberto Fujimoto, do Banco Central, os senadores Cyro Miranda e Marta Suplicy e Luigi Nese, da CNS: mudanças no FGTS

Acir Gurgacz propõe novos recursos para FPE e FPM

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu a aprovação da PEC 125/11, de sua autoria, que destina 5% da arrecadação com contribuições sociais e de intervenção econômica para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e outros 5% para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

— A mudança vai acabar com a política do pires na mão, a que prefeitos e governadores hoje são submetidos — afirmou.

O senador pediu ainda a aprovação da PEC 124/11, também de sua autoria, que altera a cobrança do ICMS da energia elétrica. Pelo texto, a cobrança do imposto deixa de ser feita no estado consumidor, passando a ser cobrada pelo estado produtor.



Outro projeto de Gurgacz muda a cobrança do ICMS da energia elétrica

Jorge Viana elogia queda dos juros bancários

Jorge Viana (PT-AC) elogiou a presidente Dilma Rousseff pela campanha a favor da queda dos juros bancários.

Segundo ele, a campanha já é um sucesso, pois muitos bancos baixaram os juros em vários serviços. Os bancos, disse, já lucraram muito e podem colaborar para o crescimento do Brasil.

— A presidente Dilma tem colocado claramente esse desafio de baixar os juros para o cidadão. Com inflação sob controle, não faz sentido o brasileiro pagar o juro mais caro do mundo — disse.

Viana pediu voto de aplauso à Embrapa, que completa 39 anos de fundação hoje. Para ele, a empresa é referência para a consolidação do Brasil como grande produtor agropecuario no mundo.



Com inflação controlada, juros altos não fazem sentido, diz Viana

Medida prevê isenção de PIS-Pasep e Cofins; oposição acusou governo de permitir inclusão no texto de temas sem relação com deficientes



Senadores votam projeto decorrente de MP: oposição criticou "contrabandos"

Senado aprova MP que dá a produtos para deficientes isenção de impostos

IMPRESSORAS DE BRAILE, mouses com acionamento por pressão e acessórios para cadeiras de rodas, além de outros 22 itens que facilitam o dia a dia de pessoas com deficiência, terão isenção de PIS-Pasep e Cofins na importação e na venda no mercado interno.

A desoneração foi aprovada ontem pelo Senado, numa proposta (Projeto de Lei de Conversão 7/12) decorrente de uma medida provisória (MP 549/11), e agora vai para sanção presidencial.

Editada em novembro, a MP 549/11 reduziu a zero as alíquotas de PIS-Pasep e Cofins cobradas na importação de 14 produtos destinados a beneficiar pessoas com deficiência.

Na Câmara, oito itens foram incluídos na lista — que contempla ainda teclados adaptados para deficientes, digitalizadores de imagens com sintetizador de voz, próteses, aparelhos de audição e neuroestimuladores para combate ao mal de Parkinson. A medida faz parte do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite), lançado pelo governo em 2011.

Relator da matéria no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) destacou o impacto social do projeto. Segundo o IBGE, existem no país 24,6 milhões de pessoas com deficiência.

— A matéria é relevante por dar concretude aos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com

Deficiência e de seu protocolo facultativo, que determina que as nações deverão tomar medidas efetivas para facilitar às pessoas com deficiência o acesso a tecnologias assistivas, dispositivos e ajudas técnicas de qualidade, inclusive tornando-os disponíveis a custo acessível — afirmou o senador.

Com a desoneração, o governo federal estima uma renúncia de R\$ 161,9 milhões em 2012 e de R\$ 178,8 milhões em 2013.

Pelo texto, no entanto, a isenção para a importação ocorrerá apenas enquanto não houver mercadorias similares produzidas no Brasil (em qualidade, conteúdo técnico, preço etc.).

O PLV 7/12 estende aos portadores de deficiência mental leve e moderada a isenção do IPI na aquisição de automóveis. A intenção é contemplar pessoas com síndrome de Down.

"Contrabandos"

O projeto aprovado no Senado contém dez outros assuntos, incluídos no texto da MP por emendas aprovadas na Câmara. A maior parte estende a desoneração dos tributos a outros produtos — papel de jornal, equipamentos e materiais esportivos e embalagens de bebidas frias, entre outros.

Senadores da oposição reclamaram da inclusão de assuntos sem relação com o tema da matéria original. Os acréscimos foram feitos, segundo a oposição, com o aval do governo.

— Apelidamos de contraban-

PLV 7/12

A seguir, os principais pontos do projeto aprovado ontem no Plenário do Senado

- 1) Desoneração de PIS-Pasep e Cofins incidentes na importação e na venda no mercado interno de 22 produtos utilizados por pessoas com deficiência.
- 2) Desoneração de PIS-Pasep e Cofins incidentes na importação de máquinas e equipamentos sem similar nacional destinados à fabricação de circuitos impressos.
- 3) Autorização para o Poder Executivo exigir rotulagem das embalagens de papel destinado à impressão de livros e periódicos.
- 4) Prorrogação até 30 de abril de 2016 da vigência da redução a zero das alíquotas de PIS-Pasep e Cofins incidentes na importação e na venda no mercado interno do papel destinado à impressão de jornais e periódicos.
- 5) Autorização para que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não oponha embargos do devedor quando os valores exigidos da União em processo de execução forem inferiores a limite fixado por portaria do Ministro da Fazenda.
- 6) Autorização para que o Poder Executivo contribua para a manutenção de organismos internacionais instituídos para o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.
- 7) Extensão da isenção do IPI na aquisição de automóveis aos portadores de deficiência mental leve e moderada.
- 8) Autorização para reutilização da isenção do IPI por pessoas com deficiência antes do intervalo de dois anos em casos de perda total do automóvel.
- 9) Ampliação da lista de estabelecimentos com permissão para a comercialização de medicamentos não sujeitos a prescrição médica.
- 10) Prorrogação até 31 de dezembro de 2015 da isenção do Imposto de Importação e do IPI incidentes sobre equipamentos e materiais esportivos destinados a competições desportivas e ao treinamento de atletas brasileiros.
- 11) Desoneração de PIS-Pasep e Cofins incidentes sobre o ato cooperativo em sociedades cooperativas de radiotáxi, inclusive com eficácia retroativa na forma de remissão e anistia.
- 12) Revogação da incidência especial de PIS-Pasep e Cofins sobre as embalagens destinadas ao envasamento de bebidas frias.

dos as MPs que vêm recheadas de penduricalhos. Se adotássemos o apelido, teríamos de mandar essa MP para a CPI do Cachoeira, porque é crime organizado. São tantos os contrabandos que teríamos de convocar os contrabandistas para depor na CPI — disse o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR).

Um dos itens incluídos na Câmara prevê que produtos de saúde que dispensam receita médica (produtos diagnósticos e analíticos, odontológicos etc.) sejam vendidos em supermercados e lojas de conveniência. Com a crítica de senadores da área da saúde, Jucá disse que Dilma Rousseff vetará o trecho.

Aprovada MP que permitiu concessão de aeroportos ao setor privado

O Senado aprovou ontem projeto (PLV 8/12) proveniente da medida provisória (MP 551/11) que viabilizou a concessão, à iniciativa privada, dos aeroportos de Cumbica, em Guarulhos (SP), Viracopos, em Campinas (SP), e Juscelino Kubitschek, em Brasília.

Para a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a medida era urgente e relevante,

como exige a Constituição, já que o crescimento do setor aéreo nos últimos anos gerou a necessidade de ampliação da estrutura dos aeroportos. Além disso, ela argumentou que o quadro poderia piorar com a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. O argumento gerou críticas de Cyro Miranda (PSDB-GO).

— A medida chega com enorme atraso. É triste ter que admitir que ela só foi editada em razão dos eventos esportivos — afirmou.

Ele e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disseram ainda que a palavra "concessão" é apenas uma maneira de disfarçar o fato de que os aeroportos foram privatizados, prática que era "demonizada" pelo PT.

O PLV também reduz de 50% para 35,9% o Adicional de Tarifa Aeroportuária (Ataero), que incide sobre as taxas de embarque, pouso e permanência nos aeroportos.

A perda de receita (R\$ 2,1 bilhões até 2014) deve ser compensada pela ausência de regulamentação do programa que incentiva as empresas exportadoras (Reintegra).

Comissão aprova reforma de militar por esclerose

Projeto que altera o Estatuto dos Militares (Lei 6.880/80) para incluir a esclerose múltipla entre as doenças incapacitantes passíveis de concessão de reforma do militar foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Encaminhada ao Congresso pela Presidência da República, a matéria (PLC 127/11) agora segue para o Plenário.

O regime jurídico dos servidores da União (Lei 8.112/90) já assegura o benefício aos civis, como informou o relator do projeto na comissão, senador Romero Jucá (PMDB-RR). O argumento, observou ele, foi apresentado pelo Ministério da Defesa na exposição de motivos que encaminhou o projeto.

O relatório de Jucá foi lido na reunião pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Diretor da Anvisa apresentará relatório de ações

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai convidar o diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Barbano, a apresentar, em audiência pública, o relatório das atividades da agência em 2011. Requerimento de Wellington Dias (PT-PI) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para isso foi aprovado ontem.

Wellington disse que é importante saber o que vem sendo feito no Brasil em termos de pesquisa e inovação em tratamentos de saúde. Ele relatou experiências de países europeus que adotam procedimentos para oferecer agilidade e eficiência aos tratamentos médicos ainda não usados no Brasil.

Como exemplo, Casildo Maldaner (PMDB-SC) citou experimentos com o tratamento do mal de Alzheimer que o Brasil não conhece.

Projeto de lei que fixa atividades exclusivas da medicina é polêmico; outros profissionais da saúde dizem que proposta torna privativas do médico tarefas que hoje são desempenhadas por eles

Para relator, Ato Médico não fere profissões da saúde

O SENADOR CÁSSIO Cunha Lima (PSDB-PB) afirmou não ter encontrado no projeto do Ato Médico (PLS 268/02) restrições às atividades de profissionais da saúde. Biomédicos, enfermeiros e fisioterapeutas, entre outros profissionais, porém, acusam a proposta de fazer “reserva de mercado” para os médicos. Cássio Cunha Lima é o relator do projeto na Comissão de Educação (CE).

O presidente do Conselho Federal de Biomedicina, Silvio Cecchi, afirmou que o projeto contém “uma jogada jurídica para dar amplos direitos aos médicos e restringir as atividades dos outros profissionais de saúde, tratando-os como se fossem técnicos”.

As declarações foram feitas ontem, em audiência pública

na Comissão de Educação.

A polêmica em torno do projeto do Ato Médico — que define quais atividades são exclusivas dos médicos — já dura dez anos.

Na audiência, o texto foi defendido por Salomão Rodrigues Filho, do Conselho Federal de Medicina. Ele afirmou que a proposta não reduz a autonomia de outras profissões.

Cássio Cunha Lima reiterou que não encontrou no texto restrições às atividades dos outros profissionais de saúde, mas disse que está aberto a críticas e sugestões:

— É inconcebível imaginar que o Congresso aprove uma lei para restringir ou acabar com o exercício de qualquer profissão.

O presidente do Conselho

Federal de Biomedicina afirmou que as leis que regulamentam profissões como as de biomédico e fisioterapeuta não são recentes e, por isso, não preveem procedimentos que só foram incorporados depois. Um dos exemplos que ele citou foi a acupuntura.

— O exercício da acupuntura pelos biomédicos foi regulamentado depois, por resolução. A questão é que resolução não tem força de lei.

Segundo ele, o Ato Médico respeita o que está explicitado nas leis que regulamentam as profissões da saúde, mas não o que está em resoluções. Assim, argumenta ele, a regulamentação da atividade da medicina poderá prever a acupuntura e cercear sua prática por outros profissionais.



Os senadores Cássio Cunha Lima e Waldemir Moka na audiência sobre o Ato Médico: projeto divide profissões da saúde

Profissionais prometem ir à Justiça contra lei

Categorias profissionais de diferentes áreas da saúde voltaram a se manifestar contra o projeto que regulamenta o exercício da medicina.

— Infelizmente, essa discussão toda vai acabar na Justiça, e não por falta de vontade nossa para um entendimento, mas sim dos médicos — disse Silvio Cecchi, presidente do Conselho Federal de Biomedicina.

Oponentes do projeto disseram que os médicos trabalharam para modificar a proposta que havia sido encaminhada

pelo Senado à Câmara.

Uma emenda aprovada na Câmara, por exemplo, limita aos médicos a emissão de diagnósticos de anatomia patológica e de citopatologia, que identificam doenças pelo estudo de parte de órgão ou tecido. Biomédicos e farmacêuticos argumentam que a medida afeta suas atividades, já que análise laboratorial requer “interpretação” do material, não “diagnóstico médico”.

Os psicólogos reivindicam o direito de atestar as condições

de saúde em aspectos psicológicos. O presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, disse que o projeto adota um conceito de doença e diagnóstico ainda do século 18 — hoje prevalece uma abordagem multissetorial, compartilhada por vários profissionais de saúde.

— Se eu receber um paciente e fizer um diagnóstico e uma indicação a partir de minha competência, provavelmente serei acusado de exercício ilegal da medicina — afirmou.

Davim: importar médicos não resolve problema

Paulo Davim (PV-RN) manifestou-se contra a revalidação de diplomas de graduação em medicina obtidos em países da América do Sul. Segundo ele, em países como a Bolívia, a carga horária para a formação de médico, de apenas 3 mil horas, é menos da metade da exigida no Brasil, que é de 7,2 mil horas.

— Posso garantir que o médico formado no Brasil é um médico bem formado. E não adianta tentar trazer ou importar profissionais da medicina de países outros, através da simplificação do processo de revalidação de diplomas estrangeiros, para atender a necessidade da população brasileira, porque vamos oferecer um profissional mal qualificado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Humberto Costa registra prêmio recebido pelo Samu

Humberto Costa (PT-PE) parabenizou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) da cidade de



Waldemir Barreto/Agência Senado

São Paulo, por ter recebido certificação de eficiência da Academia Internacional de Despacho de Emergências Médicas dos Estados Unidos.

Ele destacou que, em 2004, em São Paulo, a ambulância levava 35 minutos para chegar; em 2011, 10 minutos.

— Além de reduzir o número de óbitos, o serviço diminuiu o tempo de internação e as sequelas decorrentes da falta de socorro precoce.

O serviço, criado em 2003, quando Humberto era ministro da Saúde, atende 1.736 municípios e pode, segundo o Ministério da Saúde, chegar a 100% do país até 2014.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Veículo híbrido ou elétrico pode ficar isento do IPI por 10 anos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que suspende por 10 anos a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos veículos híbridos ou movidos a energia elétrica de fabricação nacional.

A proposta (PLS 255/10) também isenta, pelo mesmo período, algumas de suas partes e acessórios classificados na Tabela de Incidência do IPI. Já os acessórios sem similar nacional e essenciais à fabricação desses veículos ficam livres do Imposto de Importação.

A proposta ainda reduz a zero a alíquota das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidentes

sobre a receita bruta decorrente da venda dos veículos elétricos e híbridos.

A proposta tramita em conjunto com o PLS 44/09, que isenta do IPI pelo prazo de 10 anos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica, e o PLS 364/09, que exige que os veículos leves *flex* utilizem, além da energia elétrica, apenas biocombustíveis.

O relator na CAS, Gim Argello (PTB-DF), cujo parecer foi lido por Ana Amélia (PP-RS), explicou que todos os projetos visam proteger a natureza, com medidas que reduzam os danos ambientais.

O relator rejeitou o PLS 44/09, por entender que o PLS 255/10 é mais abrangente. Também rejeitou o PLS 364/09, ao considerá-lo muito restritivo.



Presidente da CAS, Jayme Campos acompanha debate sobre o benefício

Brasil tem potencial para explorar terras raras, afirma especialista

O Brasil tem potencial para “voltar a ser um ator importante” na pesquisa e na produção de minérios de terras raras, usados na fabricação de produtos eletrônicos como *tablets* e celulares. A avaliação é do diretor do Centro de Tecnologia Mineral do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Fernando Lins, que ontem participou de debate na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Ele lembrou que o país já teve um importante corpo de pesquisadores na área e reconheceu que é preciso um novo esforço na formação de recursos humanos. A necessidade também foi ressaltada

pelos representantes da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Francisco Silveira e Alair Veras.

Já o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Cláudio Scliar, acentuou que os minérios de terras raras “trazem importância enorme do ponto de vista de futuro” e estão na pauta de muitos países.

Por sugestão do senador Luiz Henrique (PMDB-SC), a CCT poderá criar uma subcomissão para avaliar novo marco regulatório sobre o setor.



Anibal (C) conduz audiência ao lado dos especialistas Scliar (E) e Lins



Clemente Baena (E), Sérgio Souza, Vicente Guillo e Julio Kettelhut durante debate na Subcomissão da Água

ANA quer gestão integrada de rios na América do Sul

Em audiência sobre gestão de águas fronteiriças, presidente da agência, senadores e representantes de ministérios reclamam da falta de prioridade para as questões hídricas na agenda brasileira

APROVEITANDO SUA POSIÇÃO geográfica estratégica e a boa relação com os demais países do continente, o Brasil deveria propor um plano de gestão de águas transfronteiriças para toda a América do Sul, sugeriu o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo.

Ontem, em debate na Subcomissão Permanente da Água, ele afirmou que “estamos muito aquém do potencial real do continente sul-americano”.

— Estamos sendo pouco ousados em relação a apresentar para o mundo uma nova forma de cooperação em torno da água. Há possibilidade de construção de uma gestão unificada na América do Sul, pois aqui a relação dos países em torno das águas transfronteiriças é bastante pacífica — disse.

Para o presidente da ANA, pode-se caminhar para a constituição de comitês de bacia hidrográfica com integrantes

dos países cortados pelos rios. Guillo ainda queixou-se de que a preservação da água “não é tratada de forma prioritária nos debates sobre os dois principais temas em discussão no país: o Código Florestal e a Rio+20”.

Clemente Baena, do Ministério das Relações Exteriores, destacou o papel estratégico da água nas discussões que antecedem a Rio+20, sobretudo no contexto da economia verde.

— A América do Sul detém 30% da água doce do mundo. Não há desenvolvimento sustentável sem o manejo apropriado da água — disse.

Julio Kettelhut, do Ministério do Meio Ambiente, afirmou que há grandes diferenças na forma como o país se posiciona na gestão das duas grandes bacias hidrográficas transfronteiriças do continente, ambas em posições estratégicas. Segundo ele, em relação à bacia do rio Amazonas, na qual o Brasil, por estar à

jusante, depende de águas que vêm de outros países, há maior preocupação em cooperar nas pesquisas e ações de proteção dos rios. Já na bacia do Prata, em que os rios começam no Brasil, dando ao país uma condição “mais confortável”, a situação se inverte, observou.

— Isso se reflete nas ações e os países vizinhos percebem essa diferença de interesses do Brasil na questão estratégica da região amazônica, em relação à bacia do Prata — concordou Guillo.

Para o presidente da subcomissão, Sérgio Souza (PMDB-PR), o Brasil deve priorizar a gestão e a utilização sustentável dos recursos hídricos com o objetivo de assegurar a disponibilidade de água em quantidade e qualidade adequadas. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), relatora, disse esperar que o país se posicione de forma efetiva pela proteção dos rios e da biodiversidade.

Política ambiental para os centros urbanos

A necessidade de uma política ambiental para os centros urbanos foi destacada na audiência pública com o tema “Cidades sustentáveis” realizada pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. O arquiteto e urbanista Jorge Francisconi disse que os ambientalistas estão mais preocupados com as questões nacionais fora das cidades, enquanto deveriam levar as políticas de sustentabilidade para qualificar tanto espaços públicos como privados dos centros urbanos.

O prefeito de Maringá (PR), Silvio Magalhães Barros, representando a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), disse que mais da metade da população mundial está concentrada nos núcleos urbanos, o que significa “uma extraordinária concentração de impactos ambientais, desequilíbrios sociais e de atividades econômicas em um território pequeno”.

Kazuo Nakano, do Instituto de Estudos, Formação e



Lucia Pedrozo, Carlos Augusto Klink, Vanessa Grazziotin e Silvio Magalhães (D)

Assessoria em Políticas Sociais (Pólis), afirmou que “a lógica mercantil dos negócios imobiliários se impôs, em detrimento ao meio ambiente”, de forma que há hoje pessoas vivendo sem previsão de estrutura de serviços urbanos e com segurança mínima, por exemplo, em encostas, beiras de córregos e loteamentos irregulares.

Carlos Klink, do Ministério do Meio Ambiente, disse que o governo federal, para reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa até 2020, vem desenvolvendo ações de controle dos desmatamentos

no Cerrado e na Amazônia, e planos setoriais para a energia e a agricultura. Também estão sendo preparados planos para saúde, mineração, indústria, pesca e aquicultura, transporte e mobilidade urbana.

Lucia Pedrozo, do Ministério das Cidades, disse que o Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação das Mudanças Climáticas (PSTM) objetiva melhorar o sistema de mobilidade urbana, ampliar a acessibilidade das pessoas, e proporcionar a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Se não houver recurso para votação em Plenário, projeto irá para a Câmara; proposta diz como partidos poderão escolher seus candidatos

Avança texto que fixa as regras das eleições primárias para a Presidência

OS PARTIDOS PODERÃO ter mais incentivos para realizar eleições primárias para a escolha de seus candidatos a presidente da República.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei (PLS 156/11) de Alvaro Dias (PSDB-PR) que disciplina a promoção das prévias, já previstas na Lei das Eleições (Lei 9.504/97).

Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, a proposta irá diretamente para a Câmara dos Deputados.

A proposta recebeu voto favorável do relator, Pedro Taques (PDT-MT).

Segundo ele, o projeto respeita a autonomia garantida aos partidos políticos pela Constituição, já que não torna as primárias obrigatórias e as submete aos estatutos dos partidos.

“O projeto vem em boa hora, pois a legislação eleitoral estará disponibilizando aos partidos um procedimento adequado para que se democratize a vida partidária, estimulando uma maior participação das bases no respectivo processo decisório, dinamizando a



Eunício Oliveira preside comissão: CCJ aprovou texto que disciplina as prévias partidárias para a Presidência da República

vida política e estimulando o debate e a conscientização política”, escreve Pedro Taques no relatório.

Marta Suplicy (PT-SP) foi a única integrante da CCJ a rejeitar o projeto. Na avaliação da senadora, o texto fere a autonomia partidária ao antecipar o prazo da propaganda eleitoral. Os prejuízos a eventuais candidatos à reeleição teriam sido agravados, conforme acrescentou, com o acolhimento de emenda de Aécio Neves (PSDB-MG) que permite aos pré-candidatos iniciarem a campanha

até um ano antes da eleição.

O relator também apresentou emenda para tornar obrigatória — e não facultativa, como estabelecia o projeto — a participação da Justiça Eleitoral nas prévias. A providência tem o objetivo de garantir a legitimidade das primárias e prevenir contestações em relação ao candidato vencedor nesse processo.

Debates

O postulante escolhido deverá ter a candidatura à Presidência da República formalizada pela convenção

partidária, para fins de registro na Justiça Eleitoral.

A proposta não considera infração eleitoral o pré-candidato pedir votos e libera a participação em debates realizados pelos meios de comunicação.

Após dizer que sua proposta é “um meio de revitalizar os partidos e valorizar a militância, mantendo o respeito às lideranças e a autonomia partidária”, Alvaro Dias recebeu o apoio de Aécio Neves, Jorge Viana (PT-AC), Benedito de Lira (PP-AL) e Luiz Henrique (PMDB-SC).

Primárias ajudam novos líderes a emergir e crescer, afirma Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse esperar que a Câmara dos Deputados “acolha bem” o projeto de lei de sua autoria que estabelece as normas das eleições primárias para escolha de candidatos à Presidência da República pelos partidos políticos.

Alvaro afirmou que a proposta representa um avanço, no momento em que os partidos políticos estão desacreditados e a militância encontra-se desestimulada.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo ele, boa parte em razão da descrença que atinge os políticos e as instituições.

O que se pretende com o projeto, disse Alvaro, é valorizar os líderes políticos que podem emergir e crescer, transformando os partidos num instrumento da democracia e estimulando os brasileiros à filiação partidária.

O projeto, a ser enviado para os deputados, foi aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Suplicy elogia projeto que trata da escolha de candidatos ao Planalto

Apesar da rejeição das emendas por ele apresentadas, Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou a aprovação na CCJ do projeto sobre eleições primárias

de candidatos à Presidência. O senador afirmou ter “muita afinidade” com a proposta por ter participado, em março de 2002, da prévia realizada pelo PT, com seus 172 mil filiados na ocasião, para a escolha do candidato à Presidência, em que Lula recebeu 84,4% dos votos. Suplicy teve 15,6%,



Moneira Mantz/Agência Senado

e passou a apoiar Lula. A primeira emenda proposta por Suplicy ao PLS 156/11 estendia as prévias à escolha de candidatos ao Legislativo. A segunda permitia a participação de eleitores não filiados ao partido, mas que fizessem declaração de concordância com os objetivos e valores por ele defendidos. O relator, Pedro Taques (PDT-MT), se comprometeu a elaborar com Suplicy outra proposta para prever o voto de simpatizantes.

Plenário aprova advogado indicado para integrar CNJ

O Plenário aprovou a indicação do advogado Emmanoel Campelo de Souza Pereira para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão responsável por controlar e garantir as transparências administrativa e processual no Judiciário. Foram 59 votos favoráveis e 5 contrários.

Em sua sabatina na CCJ, no dia 19, Emmanoel Pereira apontou a necessidade de o CNJ aumentar a celeridade e a previsibilidade das decisões judiciais, para garantir maior segurança jurídica.

Durante a votação no Plenário, José Agripino (DEM-RN) afirmou que Pereira é “um advogado capacitado e com elevado padrão ético”. Segundo o parlamentar, o novo membro do CNJ terá condições técnicas e pessoais de prestar excelente serviço ao Brasil.

Novas varas do Trabalho para Santa Catarina e Alagoas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem dois projetos (PLCs 8/12 e 14/12) que criam varas nos tribunais regionais do Trabalho (TRTs) da 12ª Região (sediado em Florianópolis) e da 19ª Região (sediado em Maceió).

Com parecer favorável do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), o PLC 8/12 cria varas trabalhistas em Palhoça, Chapecó e Brusque, em Santa Catarina. A proposta prevê ainda a criação de cargos de juiz, analista e técnico judiciário.

No parecer pela aprovação do PLC 14/12, Renan Calheiros (PMDB-AL) defendeu a criação de uma vara na cidade alagoana de Penedo. A medida será acompanhada da criação de cargos de juiz, juiz substituto, analista e técnico judiciário, além de cargos comissionados.

Mozarildo lembra 21 anos do Tribunal de Justiça de RR

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) saudou ontem, em pronunciamento, os 21 anos do Tribunal de Justiça de Roraima. Ele disse que o tribunal foi um dos quatro a cumprir as metas nacionais do Poder Judiciário em 2011, ao lado de Sergipe, Paraná e Amazonas.

O senador lembrou que o tribunal é composto por sete desembargadores e vem se modernizando, por exemplo, com a realização de audiências por videoconferência.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa ressalta encontro dos soldados da borracha

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou reunião realizada pelo Sindicato dos Soldados da Borracha e Seringueiros de Rondônia. O objetivo foi debater a proposta de emenda à Constituição (PEC 556/02) de sua autoria que garante aos soldados da borracha os mesmos direitos garantidos aos ex-combatentes. Soldados da borracha são seringueiros levados à Amazônia para garantir o suprimento de borracha à indústria bélica durante a 2ª Guerra Mundial.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Valadares destaca produção de potássio em Sergipe

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) cumprimentou ontem a presidente Dilma Rousseff pela assinatura de acordo com as empresas Vale e Petrobras e com o governo de Sergipe para a exploração do minério carnalita, usado na produção de potássio.

O senador ressaltou em Plenário a relevância da atividade para o estado e para o Nordeste. Segundo ele, o investimento da Vale deve atingir US\$ 4 bilhões e gerar 5 mil empregos.



Moneira Mantz/Agência Senado

Ana Amélia comemora a criação da CPI do Cachoeira

Ana Amélia (PP-RS) se disse alegre com a instalação da CPI mista para investigar o envolvimento de agentes públicos e privados com o bicheiro Carlinhos Cachoeira. No processo de investigação, disse, senadores e deputados estarão comprometidos em fazer uma investigação profunda e isenta, “tirando todo caráter midiático, de espetacularização”.

A senadora também saudou os 39 anos de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).



Moneira Mantz/Agência Senado